

**ATA DA 1ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018
REALIZADA EM VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE 2017.**

No dia vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN – Praça dos Expedicionários nº. 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 14ª. Reunião Ordinária. 2 – Apresentação dos Estudos do município para conter a erosão na Ponta da Praia - Ernesto Tabuchi – GTT Erosão da Ponta da Praia, análise e deliberação sobre implantação de projeto piloto. 3 – Parecer, Análise e Deliberação sobre os Relatórios Ambientais e de Risco Geológico, PAs nº.s 65.379/2016-15, 65.376/2016-19, 65.378/2016-44 e 65.377/2016-81, pela Câmara Técnica de Legislação. 4 – Parecer, Análise e Deliberação do EIA RIMA - LOGUM LOGÍSTICA, PAs nº.s 38602/2014-81; 114227/2014-47 e 85067/2013-02 - Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentado. 5 – Comunicados da Secretaria. 6 – Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Viviane Amaral Ferreira – SEMAM I; Luiz Otávio Castro – SEMAM I, Marcio Gonçalves Paulo – SEMAM II, Marcos Pellegrini Bandini – SESEG, Luciane São Marcos – SEDUC, Pedro Paulo de Mello e Souza Lima – SEMES, Paulo Antonio Fritelli – SMS, Romilda Lorenzo Gomes – SETUR, Edinaldo Cirino dos Santos – SESERP; Débora Marques – SEAS; Juliana Maria de Souza Freitas - SEDURB; Vinicius Cesar Sergio – SECULT, Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos – SEDES, José Antonio Oliveira Rezende – SAPIC, Ana Paula C. Machado – COHAB, Marly Alvarez Cimino – PRODESAN, Eduardo Simabukuro – CET, Renan Braga Ribeiro – UNISANTA, Cleide Barbieri de Souza – UNILUS, Norma Sueli Padilha – UNISANTOS, Alba Kannebley – Associação Comercial de Santos, Zenivaldo Ascensão – ABES, João Guedes Neto – Sindicato dos Engenheiros, Patrícia Tringalli – OAB, Renato Prado – CONCIDADANIA e William Shecpcis – Ecofaxina. Justificou ausência: Eduardo Lustoza – CREA. Ausentes: SEFIN, SIEDI, SERIC, FATEC, CIESP, AEAS, Associação Surf Santos, Fundação Mokiti Okada, Soroptimista Internacional de Santos e COMEB. Participaram os convidados: Marcos Libório – SEMAM, Eduardo Kimoto Hosokawa – SEDURB, Roberto Moyano Souza – SESERP/SUP-ZOI, Márcio Antonio Rodrigues de Lara – PMS-SGOV-GPSNT, Carla Guimarães Puppim – SEDURB, Vereador José Teixeira Filho – CMS, Lúcio Fagundes – Instituto de Pesca e os munícipes Márcio Rodrigues e Deusdet Maia. A Vice-Presidente, Sra. Greicilene deu início a reunião cumprimentando e agradecendo a presença dos conselheiros e convidados na Reunião Extraordinária. Informou que o papel do Vice-Presidente neste Conselho é de substituir o Presidente nas suas ausências. Informou que o Sr. Ademar Salgosa – Presidente do COMDEMA encontrava-se em viagem e quem secretariaria a reunião seria a Sra. Glauca. Deu início a reunião perguntando se alguém teria algo a se opor quanto à ata, enviada por e-mail para leitura prévia. A leitura foi dispensada e a **Ata aprovada** por unanimidade. No seguimento da pauta informou sobre apresentação dos Estudos do município para conter a erosão na Ponta da Praia e possíveis ações de mitigação para a área e também projeto-piloto que o município tem interesse em implantar. Convidou o Sr. Ernesto Tabuchi engenheiro agrônomo da Prefeitura de Santos para relatar a apresentação. Este iniciou agradecendo a presença de todos e contextualizou que em meados da década de 40 iniciou-se a construção da avenida Almirante Saldanha da Gama na Ponta da Praia modificando-se a morfologia natural do ambiente. Relatou que as alterações do ambiente começam de longa data influenciando no processo do balanço de sedimentos da região. Complementou que com a estrutura da implantação da avenida da praia uma das consequências foram a não reposição do processo natural de sedimentos. Informou que em 2005, houve grande ressaca na cidade sendo este um fenômeno natural recorrente. Em 2010 ocorreu um ciclo de ressacas muito forte e neste mesmo ano foi efetuada a primeira grande dragagem no Porto. Em 2013, houve intensificação da erosão atenuada pelo enrocamento de pedra instalado pela Prefeitura,

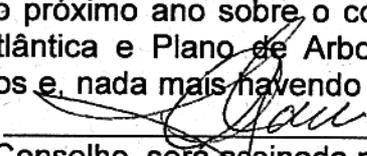
sendo este na época o único meio para tentar proteger a infraestrutura urbana. Informou sobre comparativo de um mesmo ponto entre os anos 2013 e 2015, este mostrou a intensificação do processo erosivo, apresentando uma diferença de quase 2,0 metros. Comunicou que as praias de Santos são monitoradas há muitos anos. Participou sobre pesquisa específica do Projeto Metrópole, na qual o principal dado elaborado foram as projeções de elevação do nível do mar, levando-se em conta todas as séries históricas de marés que tem na região. Este apontou uma tendência de elevação acima do nível do mar de 36 centímetros até o ano de 2100. Inteirou que a Prefeitura criou em 08/02/17 um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para estudar especificamente o processo de erosão da Ponta da Praia e suas consequências e que este ano a Prefeitura recebeu da CODESP um Estudo Conceitual da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica da USP, sendo um modelo físico da Baía de Santos em relação as atividades portuárias e através deste foi feito um modelo matemático para tentar propor soluções em relação a erosão da Ponta da Praia e chegaram a um estudo inicial com a utilização de molhes (estrutura física de material rígido ou flexível, uma obra de contenção no processo geológico em relação a uma área) submersos e emersos, segmentados e contínuos. Apresentaram 04 propostas para solucionar o problema de erosão da Ponta da Praia, porém por considerar que as ações não seriam imediatas a Prefeitura não deu continuidade. Sr. Ernesto participou que o Coordenador Prof^o. Thiago, Prof^a. Patrícia e equipe de pesquisadores de Engenharia da UNICAMP realizaram apresentação à Prefeitura sobre "Planebatimetria" trabalho este desde 2009 por meio do qual monitoram o perfil batimétrico da praia, na parte emersa e submersa (terra e mar). Estes chegaram à conclusão que em alguns trechos o perfil do talude do canal está em acomodação, podendo gerar mais erosões (entre canais 5 e 6). Comunicou sobre a realização de Termo de Cooperação Técnica entre a PMS e UNICAMP para continuação dos estudos e ajudar na elaboração de ações mitigatórias emergenciais. Sr. Ernesto relatou que com os estudos intensifica-se o conhecimento da dinâmica dos sedimentos que envolvem a Ponta da Praia, ajudando em futuras intervenções. A UNICAMP propôs a Prefeitura um experimento com geoformas (materiais geossintéticos preenchidos com sedimentos de areia da praia de forma submersas) cada uma será assentada (sustentada) por um tapete ancorado por um mini bag. Informou que o tapete tem 02 funções; evitar que afundem e que ocorram solapamentos pelas ondas nas geoformas, na parte mais funda quando cheias e assentadas terão 3,0 metros de altura e mais 0,5 metro abaixo d'água. Detalhou que no início as estruturas saíam beirando a mureta da praia e foi projetado que em cima destas seriam feitos um enroncamento (cobertura com pedras) para evitar depredação e o trecho que ficaria paralelo a linha da praia teria uma pirâmide de 03 geoformas. Relatou que o experimento visa a redução na energia da onda e a diminuição da influência do arrasto de sedimentos. Simplificou dizendo que as geoformas são grandes sacos de polipropileno, enchidos com areia da praia com a função de diminuir ou bloquear a energia da onda que chega na praia. Sendo um estudo, a Prefeitura monitorará o comportamento das geoformas, avaliando se, futuramente, os molhes darão certo. Comunicou que em relação ao ambiente a estrutura não é significativa a ponto de alterar o ecossistema local, tendo baixo impacto ambiental. Informou que é facilmente desmobilizável podendo serem cortadas para retirada do material que é inerte. Comunicou em caráter informativo que foram consultados e que estão aguardando resposta: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Marinha do Brasil, SPU, CODESP e SABESP. E que o IBAMA informou que não seria a entidade específica para o licenciamento e remeteu para Órgão Estadual – CETESB, que informou que não havia nenhum óbice. Solicitou ao COMDEMA, como esfera municipal, a aprovação na parte ambiental quanto à implantação das geoformas. Sr. Márcio Lara solicitou informações sobre as pesquisas efetuadas para a intervenção. Sr. Ernesto complementou que a data de início e término das obras ocorreram após análise solicitada pela Prefeitura ao Dr. Ricardo Campos, baseado nos ciclos de ressaca da janela meteorológica que indicam as condições da

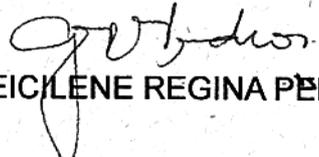
atmosfera e do oceano o qual informou que o período ideal para a intervenção seria de 15/12/17 a 15/02/18, data que será respeitada pela Prefeitura. O Sr. Ernesto informou que o prazo de execução para obra será em média 40 dias. O Sr. José Teixeira perguntou qual a proveniência da verba para implantação das geoformas, se o aumento do calado do canal do Porto de 12 até 15 metros terá influência na intervenção, informando que os ambulantes localizados na faixa de areia (local da intervenção) não foram previamente comunicados e a remoção destes ocorreria até 15/12/17. Complementou informando que na Câmara Municipal de Santos na segunda-feira, a pauta será a remoção dos ambulantes localizados na faixa de areia efetuada pela Prefeitura e que dia 12/12/17, às 18h30, haverá Audiência Pública na Câmara Municipal de Santos, sobre a Erosão da Ponta da Praia, estendeu o convite aos presentes. Sr. Ernesto informou que a verba é decorrente do Ministério Público com prévia destinação à Erosão da Ponta da Praia no valor de R\$ 3.200.000,00, depositados na conta do Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (FMPRMA). Com relação ao Canal do Porto e também do Talude as geoformas estão distantes, e a Prefeitura monitorará quanto a possíveis interferências. Sr. Ernesto comunicou que o Secretário de Esportes Sr. Sadao e Sr. Ronaldo Vizzini (DEFEMP/SEFIN) estão em tratativas e detalhamento com estes referentes, a intervenção e as soluções voltadas as atividades comerciais. Comunicou que a apresentação ocorrida no COMDEMA, acontecerá na Câmara Municipal de Santos. Sr. Renan parabenizou a iniciativa do projeto que envolve a área do aquário até o canal 6, porém externou preocupação sobre outros trechos de processo erosivo, citando a praia da Aparecida (entre canais 5 e 6) e fatos interligados como os impactos das ondas nas estruturas urbanas por este problema conceitual, não tem certeza se o projeto não tenha impacto nas estruturas urbanas, pois as geoformas estarão saindo a partir de determinado ponto de um prédio na Ponta da Praia. Informou que em 2016, ocorreu ressaca intensa comprometendo as estruturas do Píer do Deck do Pescador e das muretas da Ponta da Praia. Quanto aos sedimentos, com certeza permanecem na região da Ponta da Praia, mais quanto aos outros trechos erosivos, será que aumentarão? Devido as geoformas, as inundações e aos impactos nas estruturas urbanas, estes continuarão. Sr. Ernesto comunicou que o projeto tem verba limitada do Ministério Público, por isso que é uma tentativa de minimização das perdas e prejuízos causados pelas ressacas no trecho da Ponta da Praia. Relatou que o trecho gera problemas em relação aos gastos do dinheiro público: refazimento das estruturas, limpeza, desobstrução da drenagem e nas perdas da faixa de areia. Comunicou que para esta situação foi definido que o projeto caberia dentro da verba recebida pelo Ministério Público. Quanto a praia da Aparecida o município não dispõe de verba suficiente para uma intervenção e as geoformas não influenciam no aumento da erosão no local. Sr. Ernesto informou que se detectado alguma influência esta será desmobilizada imediatamente. Quanto ao trecho das muretas será necessário refazer a geometria do enroncamento, sendo de alto custo. Sr. Ibrahim parabenizou pela clareza e didática na explanação e fez observações quanto a contradição de dados, conforme informação e pedido do Vereador Benedito Furtado, relatando que a Prefeitura executa os trabalhos para a reposição de sedimentos de areia nas praias, e, no entanto, a TERRACOM efetua a retirada de sedimentos de areia, com destino ao Aterro. Sr. Ernesto informou que a Prefeitura tem autorização para retirar parte da areia e recondiciona em outra parte da praia, nada mais. Informou que se tal fato está ocorrendo a prestadora deveria ser autuada. Sr. Marcos Aurélio (SESERP) informou que há muitos anos, antes da intervenção do IBAMA, costumava-se utilizar o excesso de areia para fazer parte do talude no antigo Aterro Sanitário. Enfatizou que no município não ocorre mais. Relatou que na remoção dos resíduos utilizando-se máquinas pode-se estar levando parte da areia junto com o lixo, os quais são encaminhados para área de transbordo e Aterro Sanitário, localizado na área continental de Santos, frisou que a movimentação da areia da praia é outra questão, sendo assuntos distintos. Sr. Paulo (SEMES) perguntou sobre a Carta Náutica e o andamento para contratação da empreiteira

para realização do projeto. Sr. Ernesto informou que esta demonstra a média do que acontece na profundidade. Informou que as empresas se encontram em processo de contratação. Sr. José Roberto Fernandes, perguntou se o modelo considerou objetivamente a energia bombeada pelo enrocamento, se considerou esse arraste, em que dimensão isso vai ter na consequência, no desdobramento para mais adiante, Sr. Ernesto informou que sim, o cálculo matemático foi feito para isto, não para impedir que a onda chegue na praia e, sim, minimizar a energia destas em sua chegada. A Sra. Greicilene lembrou aos conselheiros sobre a importância em considerar a janela meteorológica para a implantação do projeto-piloto em tempo hábil. Sr. Deusdet Maia, questionou a durabilidade do tecido usado, tempo de permanência das geoformas e se são suficientes para conter a erosão. Informou que o período da intervenção afetará a logística econômica dos ambulantes. O Sr. Márcio Rodrigues informou sobre abaixo-assinado com mil assinaturas de moradores da Ponta da Praia. Srs. Deusdet e Márcio Rodrigues informam que intervenção é benéfica, porém não ocorreu o envio de notificação por parte do município sobre a intervenção aos moradores, ambulantes e comerciantes locais. Sr. Ernesto informou que entende as contestações. Relatou que os estudos ocorrem há um ano, o Ministério Público está solicitando informações da verba destinada e a questão em pauta é o processo erosivo. Sr. Márcio Lara pediu a palavra e informou que a equipe técnica da Prefeitura trabalhou intensamente o ano todo e lembrou sobre o recebimento de estudos enviados pela CODESP e que a Prefeitura não se sentiu confortável na realização de uma obra tão impactante e também das consultas às Universidades. Informou que os pesquisadores da UNICAMP terminaram o Projeto Piloto (Geoformas) em 10/2017, e que em 11/2017, ocorreu a assinatura do Termo de Convênio com a Prefeitura. Sra. Greicilene informou que está registrada a necessidade de maiores esclarecimentos junto à população, em especial quanto à transferência provisória de atividades realizadas na faixa de areia onde será implantado o Projeto Piloto. Sr. Francisco (Ex Presidente do Democrático Atlético Clube) perguntou a data que começará a obra, como está a concorrência das empresas que prestarão os serviços e por quem serão analisados os orçamentos. Sr. Ernesto comunicou que é necessário que comece até a 1ª. quinzena de dezembro deste ano e que a Prefeitura fará uma contratação direta, na qual aguarda envio de orçamentos das empresas, estes deverão chegar a partir desta semana para a escolha técnica e melhor preço, sendo analisados pelo Grupo Técnico de Trabalho (GTT) formados por técnicos de várias Secretarias. Sr. Francisco informou que na realidade é preciso gastar o dinheiro no momento, o que se tem é praticamente um estudo no qual há dúvidas no projeto. Perguntou se não seria melhor esperar a próxima janela e um outro projeto. Sr. Ernesto comunicou que se fosse apresentado um estudo melhor poderia haver reconsideração. Informou que se tem de considerar os prejuízos que todos os anos a Prefeitura tem com as ressacas. Sr. Reginaldo (Diretor Social do Democrático Atlético Clube) informou que é do ramo da construção e perguntou como será feita a análise da proposta técnica, se a comunidade poderá participar e quais e quantas empresas são participantes. Sr. Marcos Libório pediu a palavra e esclareceu ao Sr. Reginaldo a respeito da verba que está no Fundo do Meio Ambiente que foi uma destinação do Ministério Público para que a Prefeitura encontre e estude uma solução aplicada a respeito da Erosão da Ponta da Praia é assim que está capitulada. Reiterou que por isso ocorreu primeiro a destinação da verba e depois o projeto e que a verba foi destinada pelo Ministério Público para que a Prefeitura realize o estudo e a execução. Sr. Reginaldo entendeu a inversão e deu seu parecer informando que em termos de execução este valor é muito ínfimo. Sr. Marcos Libório comunicou que quanto a questão de contratação dos serviços necessários à implantação do Projeto Piloto os processos legais da Prefeitura são respeitados e informou que neste Conselho de Meio Ambiente estão sendo tratadas as soluções técnicas apresentadas. Sr. Ernesto informou que realmente é um projeto básico que tem que ser respeitado não podendo ser alterado, porém a forma que será executado dependerá do projeto executivo e caso as propostas sejam acima

da verba deliberada não ocorrerá a obra e o Ministério Público será informado e citou algumas das empresas participantes: BRATEC, SUBMAR, Empresa de São Sebastião e outras. Comunicou que este é um processo público com informações acessíveis para todos. A Sra. Greicilene informou que após as falas do Sr. Renan e Sra. Norma, encerrará a rodada, para que seja focada a questão ambiental para a implantação do projeto piloto com os possíveis impactos, efeitos e cuidados que a Prefeitura deverá observar. Sr. Renan perguntou qual a procedência dos sedimentos que encherão as geoformas. Sr. Ernesto informou que os sedimentos (areias de desassoreamento) vem do trecho do canal 1. Sra. Norma Padilha (UNISANTOS) perguntou se ocorreu estudo de impacto ambiental. Sr. Ernesto informou que os estudos dos impactos ambientais ocorrem em médias e grandes intervenções, o que não é o caso, e a implantação das estruturas (geoformas) que especificamente estudará as interações ambientais que poderão ocorrer em uma barreira física e que a intenção é justamente esta, tentar fazer um estudo. Sra. Norma questionou que as geoformas sejam um estudo de baixo impacto ambiental, frisou que o impacto ambiental é uma gestão democrática. Sr. Ernesto agradeceu a preocupação da Sra. Norma Padilha, informou que o projeto piloto passou por consulta do IBAMA e da CETESB, não sendo exigido o EIA/RIMA, informou que a Prefeitura está tentando fazer um outro Convênio com a UNESP, o intuito é levantar todas as pesquisas da Prefeitura e das Universidades Abertas e Públicas e que a Prefeitura pretende disponibilizar estes dados ao público, seguindo a Lei da Transparência. Complementou que a UNISANTA, foi convidada a participar do projeto e convênio específico junto com a UNICAMP, porém declinou. Sr. Marcos Bandini (SESEG) comunicou que a preocupação é pertinente do ponto de vista técnico, as informações disponíveis estão sendo passadas para os órgãos dos vários níveis inclusive aqui, as informações que o próprio grupo detém até o momento estão à disposição deste Conselho e há acompanhamento não só dos órgãos licenciadores como dos fiscalizadores da Ação Pública das Estâncias Estadual e Federal, informou que o grupo é de várias especialidades as informações disponíveis nos vários órgãos foram e estão sendo consideradas e essa solução é uma solução de consenso internamente com todos que se empenharam no assunto, com esse cuidado que foi explícito de que se trata de uma Intervenção Piloto de baixíssimo impacto, pelo contrário o impacto é positivo pela possibilidade inclusive, caso venha a ser verificado eventual impacto negativo, ela ser reversível, não causando danos. Sr. Renan (UNISANTA/NPH – Núcleo de Pesquisas Hidrodinâmicas) agradeceu o convite feito pela Prefeitura referente ao Projeto Piloto e esclareceu que devido a equipe enxuta e diversos compromissos com outros projetos citando-os: FEHIDRO, Comitê de Bacias e Acordo de Cooperação relacionados a previsão de ressacas em parceria com a Defesa Civil (PMS), tendo que declinar ao convite. Sr. Ernesto informou que o GTT é composto por engenheiros civis, arquitetos, geólogos e biólogos todos servidores públicos. Informou que UNESP, tem a carreira em biologia marinha e que mensalmente tem que prestar contas do Projeto ao Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA). Este informou que se houver dúvidas ou questionamentos encaminhem ao COMDEMA, para resposta e finalizou agradecendo a todos. Sra. Greicilene agradeceu em nome do COMDEMA a apresentação, comunicou que na ata estarão registrados todos os questionamentos e preocupações. Reiterou que no âmbito do COMDEMA deverá ser apresentado o monitoramento do projeto. Sr. Ernesto se comprometeu a retornar a partir dos primeiros resultados. Sra. Greicilene, participou que o conselho terá que analisar obra maior que possivelmente será implantada mais à frente, sendo importante conhecer os resultados do projeto piloto que tem como objetivo servir de parâmetro. Na sequência, Sra. Greicilene comunicou sobre a apresentação e deliberação de Parecer da Câmara Técnica de Legislação dos Relatórios Ambientais e de Riscos Geológicos, referentes a regularização fundiária dos Núcleos Habitacionais da Vila Esperança e Vila Ayrton Senna atendendo a legislação específica. Passou a palavra as representantes, Sras. Patrícia (parte jurídica) e Marly (parte técnica) que comunicou que o Coordenador da Câmara Técnica Sr.

Domingos Tringalli não pode estar presente na reunião. Informou que após ciência de apontamentos da necessidade de melhorias de drenagem decorrente dos resíduos que desciam das encostas do morro, mais material ferroso se acumulava na tubulação que encaminhavam águas. Contatou o Eng.º Flávio Guerra (SESERP) para informações sobre as aplicações das melhorias. Este informou que 70% dos problemas estavam começando a serem sanados, ocorrendo o escoamento da água e os 30% seriam cumpridos até o fim do ano. Sra. Patricia informou que o projeto veio em outubro e devido a desfalques e incompatibilidade de agendas houve pouco tempo para fazer a análise e que pensando na questão ambiental é uma área consolidada na qual houve melhorias na estrutura do local, sem impacto ambiental. Quanto a parte jurídica informou que a apresentação ao COMDEMA, refere-se a uma Lei Municipal específica, que se baseia em uma Lei Federal, que indica que todo e em qualquer tipo de obra, vem um parecer e, baseado nisso, um relatório ambiental é encaminhado ao COMDEMA. Complementou que os relatórios e pareceres técnicos apresentados pela Sra. Carla foram baseados em 02 Legislações na qual, toda seção que fala de regularização fundiária, foi revogada por uma lei de 07/2017. Comunicou que teve curto prazo para verificar se toda essa parte do processo de regularização fundiária foi revogada, sendo abarcada pela nova lei, que entrou em vigor uma semana antes da apresentação do relatório, ou seja, já estava em vigor quando da apresentação do relatório. Quanto a exigência de um relatório ambiental ser participado para o COMDEMA, se manteve o conteúdo mínimo do relatório. Sra. Patricia informou que a lei nº.13.465 de 11/07/17, é muito mais restritiva e que em contato com a Sra Carla foi informado que a Prefeitura está atendendo a nova lei, porém não está escrito no relatório e que no parecer da Câmara Técnica o relatório deverá retornar à Sra. Carla ou setor responsável, para que haja uma declaração, registro ou garantia, de que todo esse processo de Regularização Fundiária que está ocorrendo e já está em obra, está atendendo todos os processos e procedimentos da lei nº. 13.465 de 11/07/17, para garantir mais adiante que não haja nenhum problema legal, pois está fundamentada em uma legislação em que todos os artigos estão sendo fundamentados. Sra. Carla Pupin Coordenadora de Regularização Fundiária (SEDURB) esclareceu que a Lei nº. 13.465 de 11/07/17, que foi aprovada, traz grande parte do que estava previsto na lei nº. 11.977/2009, que foi revogada. Relatou que a Defesa Civil e SEMAM, que também fez Avaliação Ambiental, já utilizavam o novo código florestal art. 64, que também foi parcialmente revogado, estes consideravam toda a parte do interesse social para fazer essa análise. Esta perguntou ao Sr. Bandini, Sra. Viviane e Sr. Marcos Libório sobre ratificação na qual informaram que estão atendendo sim o que está previsto na nova lei que agora fala especificamente do novo Código Florestal e atender o art. 64, nos casos de regularização fundiária de interesse social e no caso em questão os 02 loteamentos são casos especiais e de interesse social que foram implantados desde 1995. Sra. Greicilene esclareceu à plenária que o parecer da Câmara Técnica vai no sentido de que o COMDEMA deve aprovar estes Relatórios Ambientais e de Riscos Geológicos apresentados pela Prefeitura desde que seja claramente expresso o atendimento da legislação. Os Conselheiros **aprovaram o Parecer** referente ao item 3 da pauta. Sr. Renan solicitou que para as próximas deliberações os pareceres sejam enviados com certa brevidade. Na continuidade, Sra Greicilene informou sobre análise e deliberação de EIA/RIMA da LOGUN Logística sendo o parecer elaborado pela Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável com a apresentação do Sr. José Roberto Fernandes (Associação de Surf de Santos). Este informou que ocorreram 02 reuniões para análises dos processos de 29/05 e 07/11/2017, lendo estes aos presentes. Após leitura informou que as readequações dos estudos que foram efetuadas contemplaram um novo traçado, um novo percurso, porém não contemplaram as alterações necessárias no entender da Câmara Técnica, referente ao Plano de Gerenciamento de Riscos. Sr. Ibraim justificou que suas ausências em reuniões da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável, ocorreram devido a questões de saúde. Salientou se existe definição sobre compensação financeira ou

arbórea. Sr. José Roberto comunicou que a compensação consta no processo. Sra. Greicilene comunicou ao Conselho que a recomendação da Câmara Técnica quanto a LOGUN, é que seja solicitada a apresentação de uma *Consideração sobre a alteração do percurso referente ao Plano de Gerenciamento de Riscos*, devidamente aprovada pelos conselheiros e, como colocado pelo Sr. Ibraim, poderá ficar como indicativo para apreciação e deliberação final deste Conselho que seja analisada a possibilidade de que haja uma compensação referente à arborização, além daquelas já indicadas no estudo, para a área urbana do Município. Sr. Luiz Otávio (SEMAM) esclareceu que em relação a compensação financeira consta em Legislação Federal, sendo direcionada ao Fundo Estadual gerenciada pela Secretária do Estado de São Paulo. Complementou que a compensação financeira é destinada especificamente à Unidades de Conservação de Proteção Integral e a 1ª Unidade em Santos é o Engenho dos Erasmos. Em assuntos gerais foi comunicado requerimento nº. 4784/2017 do Vereador Brás Antunes para informação da razão da execução de poda drástica do vegetal localizado no nº. 04 da Rua Frei Francisco Sampaio – Embaré. Sra. Greicilene comunicou que será enviado ofício a SESERP, que gerencia o serviço de poda na cidade, para resposta específica ao assunto. Sr. Ibraim perguntou se há um Plano de Arborização no Município. Sra. Viviane comunicou que a Prefeitura tem um Grupo Técnico para fazer o Plano Municipal da Mata Atlântica e junto está o Plano de Arborização. Informou que está ocorrendo a atualização do Grupo e após formação e publicação da equipe iniciarão as reuniões para definirem padrões e fazer o trabalho necessário e que este assunto poderia entrar em pauta no COMDEMA. Informou que a COPAISA é coordenada pelo Eng.º Agrônomo João Cirillo tendo também a Eng.ª Agrônoma Sra. Gisela e que na SEMAM há uma Fiscal Agrônoma e a Sra. Sandra Pivelli, Bióloga especialista na parte de fauna e aves, que estão sempre trabalhando em conjunto. Porém a parte técnica e operacional é deliberada pela COPAISA. Sra. Viviane informou que a SEMAM está realizando há cerca de 02 meses um Inventário Arbóreo nos canais com a coordenação da Sr. Sandra Pivelli junto ao Sr. João Cirillo e a colaboração de alguns estagiários e que até dezembro todos os canais estejam inventariados. E após feito o inventário ira para o Plano Municipal da Mata Atlântica e o Plano de Arborização, então será definido o que fazer com árvores com fungos, se será podada ou plantada outra no local. Sr. Bandini ressaltou a importância da retomada dos Planos informados, pois a Defesa Civil tem atendimento em eventos referentes as ventanias. Sra. Viviane informou que está sendo proposta uma ação pela COMAIV, do plantio de mil árvores na Zona Noroeste, em janeiro/2018. Sra. Greicilene informou que o COMDEMA poderá pautar para as primeiras reuniões do próximo ano sobre o contexto apresentado pela Sra. Viviane (Plano Municipal da Mata Atlântica e Plano de Arborização). A seguir, a Sra. Greicilene agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Gláucia Santos dos Reis , lavrei a presente ata, que depois de aprovada pelo Conselho, será assinada pela Sra. Vice-Presidente.


GREICILENE REGINA PEDRO